

Divisão dos estados será votada hoje

Josemar Gonçalves



Mudança no capítulo dos partidos políticos gerou polêmica na Comissão de Sistematização

A Comissão de Sistematização deverá votar hoje dispositivo do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) que prevê a divisão ou a incorporação dos estados. A votação será polêmica, já que o texto estabelece que essas duas possibilidades se darão por aprovação das Assembléias Legislativas, Congresso Nacional e por plebiscito junto às populações envolvidas — há na Constituinte emendas propondo a criação de cinco novos estados.



As propostas de criação de novos estados surgiram na Sub-comissão dos Estados e foram mantidas na Comissão da Organização do Estado. Entretanto, o relator da Sistematização as retirou no projeto inicial, no primeiro e no segundo substitutivos. Os parlamentares separatistas na Constituinte podem pedir destaques para que a previsão de criação dessas novas unidades da Federação conste explicitamente da nova carta constitucional.

Polêmica, acompanhada de muita confusão, não faltou ontem na Sistematização, quando foi votado o capítulo que trata dos partidos políticos. Um acordo de lideranças feito, pela manhã, decidiu encampar uma emenda do senador José Richa (PMDB-PR) que previa a substituição integral do texto do relator, que acabou aprovada por 70 votos contra 17.

Confusão

A confusão se instaurou logo após a votação, quando muitos parlamentares perceberam que tinham aprovado a substituição integral do texto, o que não tinha

ficado claro antes da votação. Os constituintes conservadores não gostaram de ver suprimidos dos substitutivos dois dispositivos que previam a proibição de destinação de dinheiro provenientes de organizações estrangeiras para os partidos políticos e a perda do caráter nacional para as organizações partidárias.

Depois de muito debate, com várias questões de ordem, o presidente da Mesa, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), fez uma interpretação regimental de que esses dois dispositivos continuariam no texto, mesmo modificado após a emenda Richa. Foram aprovados ainda mais parágrafos prevendo a completa autonomia dos partidos e o acesso gratuito ao rádio, televisão e aos recursos partidários.

Tribunal

Por 30 contra 71 votos, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem emenda ao segundo substitutivo do relator criando o Tribunal das Garantias Constitucionais, de autoria do deputado Lysâneas Maciel, do PDT do Rio de Janeiro. No encaminhamento da votação a favor da sua proposta, o deputado pedetista explicou que o novo tribunal serviria de intermediação entre a sociedade e o Poder Judiciário, para interpretação das garantias constitucionais que normalmente são incessíveis ao cidadão comum.

O deputado Lysâneas Maciel acrescentou ainda que o tribunal criado por sua emenda não sofreria interferência do Estado, e seus integrantes seriam nomeados e demitidos pela sociedade. Caso tivesse sido aprovada, a emenda do deputado pedetista seria incluída no título II, que trata dos direitos e liberdades fundamentais, capítulo I, dos direitos individuais e coletivos.

Texto aprovado ontem

E a seguinte a íntegra do que foi aprovado ontem pela Comissão de Sistematização referente ao capítulo V do título II do substitutivo II do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) referente aos partidos políticos:

Art. 16º — É livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

§ 1º — É proibido aos partidos utilizarem organização paramilitar.

§ 2º — Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro dos estatutos

no Tribunal Superior Eleitoral, dos quais constam normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 3º — É assegurado aos partidos completa autonomia para definir sobre sua estrutura interna, organização e funcionamento

§ 4º — Os partidos políticos têm direito ao acesso gratuito ao rádio e televisão e aos recursos do fundo partidário, conforme a lei.

§ 5º — Funcionamento parlamentar, conforme dispuser a lei.

I — Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros ou de estar a estes subordinados.

II — Caráter nacional.

Objetivo de lideranças é promulgação este ano

O vice-presidente da Comissão de Sistematização, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), revelou ontem que todas as lideranças partidárias devem se empenhar com o objetivo de promulgar a nova Constituição ainda este ano. Mas admite que no caso disso ser impossível, «no máximo até o final de janeiro temos que ter nossa Carta aprovada».

E para que isso seja possível, pela manhã as lideranças fecharam acordo sobre a necessidade de eliminar todas as votações de destaques prejudicados em função de entendimentos prévios, em reuniões que se repetirão todos os dias, a partir de agora. Portanto, o limite máximo de 504 destaques estipulado terça-feira perde a sua validade, transformando-se apenas em parâmetro para as retiradas.

A este respeito, o vice-líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), disse que o limite «é mera indicação do esforço de cada partido para se obter êxito» na votação da Comissão de Sistematização. Ele explicou que ontem ficou entendido que em relação ao artigo 16, sobre partido político, será votada apenas uma emenda, ficando as demais prejudicadas em função do acordo. Afirmou que se a cada dia «conseguirmos nos entender sobre o

tema a ser apreciado no dia vamos com isso acelerar muito o processo de votação».

Presença

Enquanto isso, o vice-líder do PT, Plínio Arruda (SP), explicou que na mecânica de se fazer o Texto Constitucional era fundamental que se fizesse grande número de destaques para «garantir presença em todas as discussões».

Plínio Arruda explicou que na reunião de ontem os partidos anunciaram suas preferências sobre temas a serem votados, e a partir de hoje essas preferências serão analisadas com vistas a reduzir os destaques. Ele acredita na possibilidade de acordos, porque «o consenso buscado não é sobre o artigo, e sim sobre o prejuízo dos destaques semelhantes. Com isso a gente enxuga pauta».

Fernando Henrique Cardoso ressaltou que é preciso imprimir um ritmo rápido aos trabalhos para se adquirir «sustentação do povo à Constituição». Em vista disso, salientou que a Mesa da Sistematização está dinamizando, com seriedade, «não sufocando os pontos de vista contrários, mas não perdendo tempo». Revelou também que todos os partidos fizeram «reduções drásticas» às suas preferências.

Prefeitos se unem e querem mudar emenda

A Associação Paulista de Municípios iniciou ontem, com a presença da reeleição para cargos majoritários, emenda rejeitada pela Comissão de Sistematização.

Segundo o presidente da entidade, Lincoln Magalhães — prefeito de Rio Claro-SP — a aprovação da reeleição de prefeitos, governadores e Presidente da República no plenário do Congresso Constituinte depende de uma forte influência do deputado Ulysses Guimarães e de uma mobilização nacional, onde grupamentos de prefeitos pressionariam os parlamentares de seus estados.

Ontem, mesmo, eles encaminharam uma sugestão ao presidente da Constituinte para que a emenda fosse novamente incluída no plenário. Querem ainda que Ulysses Guimarães, como presidente do PMDB, defina uma posição favorável do partido quanto a tese da reeleição. Mas, dentro do PMDB, o tema não é consensual. O líder do partido na Constituinte, deputado Euclides Scalco, não apenas votou contra a reeleição, como continua mantendo a posição que expressou na votação da Comissão de Sistematização.